



Simulado Final

TJ SP

Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ-SP (Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial de Justiça do TJ-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YkUJmJhvnHWEDUHJ6>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/3Qfq>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO I**

Após o processo de redemocratização, com o fim da ditadura militar, em meados da década de 80 do século passado, era de se esperar que a democratização das instituições tivesse como resultado direto a consolidação da cidadania — compreendida de modo amplo, abrangendo as três categorias de direitos: civis, políticos e sociais. Sobressaem, porém, problemas que configuram mais desafios para a cidadania brasileira, como a violência urbana — que ameaça os direitos individuais — e o desemprego — que ameaça os direitos sociais.

No Brasil, o crime aumentou significativamente a partir de 1980, impacto do processo de modernização pelo qual o país passou. Isso sugere que o *boom* do consumo colocou em circulação bens de alto valor e, conseqüentemente, aumentou as oportunidades para o crime, inclusive porque a maior mobilidade de pessoas torna o espaço social mais anônimo, menos supervisionado.

Nesse contexto, justiça criminal passa a ser cada vez mais dissociada de justiça social e reconstrução da sociedade. O objetivo em relação à criminalidade torna-se bem menos ambicioso: o controle. A prisão ganha mais importância na modernidade tardia, porque satisfaz uma dupla necessidade dessa nova cultura: castigo e controle do risco. Essa postura às vezes proporciona controle, porém não segurança, pois o Estado tem o poder limitado de manter a ordem por meio da polícia, sendo necessário dividir as tarefas de controle com organizações locais e com a comunidade.

Jacqueline Carvalho da Silva. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, 8.ª ed., fev. — mar./2011, p. 84-5 (com adaptações).

01. Assinale a alternativa correta com relação à compreensão do texto.

- a) O processo de redemocratização permitiu a ampla consolidação do conceito de cidadania.
- b) Dentre outros motivos, a violência é um fator que impossibilita a concretização da cidadania em sua plenitude.
- c) O desemprego e a impossibilidade de consumo têm relação direta com o aumento da criminalidade.
- d) A prisão é a única ferramenta do Estado para manutenção do controle e da segurança.
- e) De acordo com o texto, justiça social e justiça criminal estão intimamente relacionadas, sendo indispensáveis para o controle da criminalidade.

02. De acordo com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, dois adjetivos empregados no texto são:

- a) processo / fim
- b) passado / consolidação
- c) amplo / três
- d) aumentou / social
- e) militar / direto

03. No 2º parágrafo do texto, o advérbio “significativamente” pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, por:

- a) moderadamente
- b) frequentemente
- c) disparatadamente
- d) consideravelmente
- e) paulatinamente

TEXTO II

Marina foi, no fim de semana, almoçar em um restaurante e lá foi picada por mosquito. Em outro dia, almoçando na própria casa, no terraço, 16º andar, foi picada por mosquito. Da sua família de quatro pessoas, duas já tiveram dengue. Os mosquitos reinam em toda parte.

Muitas pessoas não acreditam nas epidemias. Será esse modo de pensar que faz com que joguem lixo no terreno atrás da própria casa ou usem o próprio quintal para desovar qualquer tranqueira? Na luta contra o mosquito, Oswaldo Cruz retirou 36 carroças de lixo de casas e terrenos! Mas isso foi no século passado. De lá para cá, a cidade só cresceu, e o lixo com ela.

O combate a um mosquito não pode ter início quando ele começa a plantar bebês microcéfalos nas estatísticas do país. Aí já é tarde. Uma guerra que se pretende ganhar teria que ter começado dotando de esgoto as moradias, recolhendo o lixo regularmente, e tornando cada cidadão moralmente consciente da sua importância numa luta que é de todos.

(Marina Colasanti. Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com>.

Acesso em: 03.10.2017. Adaptado)

04. Com base nas informações do texto, é correto afirmar que

- a) Marina não toma atitudes preventivas para deter o mosquito.
- b) A ação de Oswaldo Cruz foi inútil para a contenção do mosquito.
- c) A atitude das pessoas favorece o surgimento dos mosquitos.
- d) Marina frequenta lugares que deixam água parada.
- e) Fazer a gestão correta do lixo não traz impactos positivos para conter o mosquito.

05. De acordo com o texto, pode-se concluir corretamente que

- a) o mosquito oferece risco apenas para os bebês.
- b) casos de microcefalia podem decorrer de doenças causadas pelo mosquito.
- c) o primeiro sintoma epidêmico ocasionado pelo mosquito é a microcefalia.
- d) após casos de microcefalia é ineficaz o combate ao mosquito.
- e) o mosquito pode interferir na fertilidade feminina.

06. De acordo com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, dois verbos que foram empregados no pretérito perfeito no texto são:

- a) foi / joguem
- b) tiveram / cresceu
- c) reinam / é
- d) será / começa
- e) faz / acreditam

07. Assinale a alternativa em que a preposição destacada seja exigida por um termo anterior.

- a) votos de determinada urna
- b) sistema de votação
- c) número de eleitores
- d) tipo de fraude
- e) apuração dos votos

08. "A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traz grande malefício". Marque a opção correta cuja frase encontra-se no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

- a) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traria grande malefício.
- b) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trará grande malefício
- c) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tinha trazido grande malefício
- d) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trazia grande malefício
- e) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tem trazido grande malefício

09. "Se as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro"

A forma de reescrever esse período que indica incorreção ou modificação de seu sentido original é:

- a) Caso as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro.
- b) Quem sabe o cenário fosse outro se as cidades fossem mais convidativas.
- c) Talvez a situação fosse outra se as cidades fossem mais convidativas.
- d) Caso as cidades fossem mais convidativas, talvez o quadro fosse outro.
- e) Talvez o cenário fosse outro enquanto as cidades fossem mais convidativas.

10. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Em relação à obrigação de ser feliz, ama-se os maus enquanto os bons esperam o encontro que os liberte da solidão".

- a) a falta de concordância na forma verbal "ama-se".
- b) a ortografia de "maus".
- c) a colocação pronominal em "que os liberte"
- d) uso inadequado do acento grave em "à obrigação".
- e) O emprego do conectivo "enquanto".

11. O enunciado do texto que se expressa unicamente com palavras em sentido próprio é:

- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
- b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
- c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
- d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
- e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

12. Assinale a alternativa em que a pontuação está usada de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Nadar em alto mar, pode ser perigoso.
- b) O trabalho remoto, vem ganhando espaço, em muitas empresas.
- c) Os advogados disseram que, o processo não estava ganho.
- d) No ano, passado, as taxas de natalidade diminuiram.
- e) Há fatos que, embora muito difundidos, são alvos de dúvida.

TEXTO III



(Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/10-tirinhas-da-mafalda-que-se-levadas-a-serio-mudariam-o-mundo/>)

13. Em relação às informações apresentadas na tirinha, assinale a alternativa correta.

- a) O vocábulo "coitado" refere-se ao narrador cuja fala está descrita no primeiro quadrinho.
- b) Infere-se do texto que a personagem desconhece a funcionalidade de um globo terrestre.
- c) As reticências no primeiro balão de diálogo indicam que a fala não foi concluída.
- d) A personagem personifica o objeto do último quadrinho ao atribuir características humanas a ele.
- e) A palavra "desgosto" foi empregada como um adjetivo.

14. Considere o texto a seguir:

O jovem, embora conte mentiras a seu respeito, parece ter um currículo realmente invejável, no entanto possui pouca experiência.

As expressões em destaque podem ser substituídas, preservando o sentido em que se encontram no contexto, respectivamente, por:

- a) visto que, conforme.
- b) mesmo que, portanto.
- c) conforme, enquanto.
- d) a não ser que, porque.
- e) conquanto, contudo.

15. Assinale a alternativa em que a concordância verbal se encontra correta.

- a) As mercadorias que chegaram ao porto nesta manhã não estava catalogada.
- b) Já era quase três horas da manhã quando fomos dormir.
- c) Fez-se cartazes para o protesto que estava agendado.
- d) Na pesquisa, 1,3% dos entrevistados não conhecia o programa de reabilitação.
- e) Aqueles 10% de incerteza acompanhará você por toda a vida.

16. Assinale a alternativa em que a concordância nominal esteja conforme a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) É proibida entrada de animais.
- b) Era viciante aqueles jogos dos anos 90.
- c) Depois da consulta, eles saíram com bastante pedidos de exame.
- d) Que belos sapato e terno.
- e) É importante que João e Ana obedeçam aos professores.

17. A frase está redigida em conformidade com a norma-padrão de regência em:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.
- d) Famílias foram à Justiça pedir um posicionamento das instituições de ensino.
- e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

18. A colocação do pronome destacado respeita a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) **Nos** trata como se não nos conhecêssemos.
- b) Doaria-**lhe** todas as melhores roupas.
- c) O trabalho não poupou-**nos** do ócio.
- d) As crianças **se** interessam pelos objetos coloridos.
- e) Aqueles que preocupam-**se** com o próximo serão recompensados.

19. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase **NÃO** deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A cidade fica mais bonita à noite.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) Nos últimos tempos, eventos ligados à mudanças climáticas tornaram-se mais evidentes.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

20. Assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego da última vírgula em “Pelo crime, o pobre recebeu punições; o rico, recomendações”.

- a) Para isolar um termo explicativo
- b) Para indicar mobilidade do ajunto adverbial
- c) Para indicar a supressão de um termo
- d) Por separar elementos em uma enumeração
- e) Por separar termos de mesma função sintática

BLOCO II

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

21. Em relação a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

22. Lucas, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, João, em atitude de solidariedade com uma mistura de desespero, assume a autoria do crime. João, teria, em tese, praticado o crime de

- a) favorecimento pessoal.
- b) favorecimento real.
- c) autoacusação falsa.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falsa comunicação de crime ou contravenção.

23. De acordo com o crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

- a) Se o agente comete o crime estando sob violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode diminuir a pena de um sexto a um terço.
- b) Se a vítima do feminicídio for portadora de deficiência, a pena será reduzida em um terço.
- c) Não se aplica o perdão judicial ao homicídio culposo.
- d) Se a vítima do homicídio doloso for menor de 16 (dezesesseis) ou maior de 70 (setenta) anos, a pena será aumentada em 1/3.
- e) O perdão judicial pode ser aplicado em caso de homicídio culposo ou privilegiado.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, mas depende de outro resultado ou consequência.
- b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento particular.
- c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.
- d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.
- e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de quarta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

25. Márcio, estudante, amigo de longa data de João, escrevente do Tribunal de Justiça, solicita vantagem indevida de Glória, a qual necessitava de serviço da administração pública do estado de São Paulo, para que “agilizasse” a feitura do serviço. Sabe-se que nenhum servidor público atuava em conluio com Márcio. Levando-se em consideração o caso narrado, assim como as disposições contidas no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Márcio cometeu o crime de estelionato.
- b) Márcio cometeu o crime de exploração de prestígio.
- c) Márcio cometeu o crime de corrupção passiva.
- d) Márcio cometeu o crime de tráfico de influência.
- e) Márcio cometeu fato atípico.

26. Atribuir-se ou atribuir a terceiro, falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem, configura:

- a) Falsidade ideológica.
- b) Falsa identidade.
- c) Falsidade material imprópria.
- d) Uso de documento falso.
- e) Fato atípico.

27. De acordo com o capítulo da ação Penal no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- e) Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes se deva proceder por iniciativa da Defensoria Pública.

28. Sobre a extinção da punibilidade, marque a correta:

- a) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- b) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo, em situações excepcionais, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- c) Em relação à prescrição das penas restritivas de direito, aplica-se os mesmos prazos previstos para as penas privativas de liberdade.
- d) São reduzidos em um terço os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- e) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 1 ano, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

29. No crime de Violação de domicílio, o Código Penal tipifica a conduta de entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências. Nesse contexto, a expressão “casa” compreende, exceto:

- a) taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero.
- b) compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão.
- c) qualquer compartimento habitado.
- d) aposento ocupado de habitação coletiva.
- e) compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce atividade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

30. Bruna foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Charles, no dia 13.07.2023. Bruna descobriu a autoria delitiva em 19.08.2023, vindo a óbito em 22.05.2024, sem ter ajuizado a queixa-crime. A vítima deixou uma filha, de nome Helena, e um avô, de nome Genival. Em 11.06.2024, a filha da vítima procura um advogado para saber sobre a possibilidade de exercer o direito de queixa em face do infrator.

Nesse caso, deve ser esclarecido que o direito de queixa:

- a) passará ao avô e à filha, com prioridade para esta.
- b) passará ao avô e à filha, com prioridade para o avô.
- c) passará apenas à filha da vítima.
- d) passará apenas ao avô.
- e) não passará a nenhum dos dois

31. Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) A representação será retratável até o recebimento da denúncia.
- b) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará aos ascendentes, descendentes e colaterais até terceiro grau.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, caso se convença da inocência do réu.
- d) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.
- e) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador sem poderes especiais.

32. Maria foi vítima do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, em tese praticado por Pedro. O Promotor de Justiça recebeu os autos do inquérito policial devidamente concluído e deixou transcorrer o prazo para oferecimento da denúncia, sem adotar qualquer providência válida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, não havendo prazo decadencial para tanto, podendo exercer tal direito enquanto não ocorrer a prescrição
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria delitiva
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP
- d) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, eis que a previsão contida no art. 29 do CPP não foi recepcionada pela Constituição Federal

e) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, por não se tratar de crime que admite tal modalidade

33. A Lei 13.964/19 incluiu no CPP o chamado “acordo de não persecução penal”, cabível quando preenchidos os requisitos legais. Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que não será admitida a celebração do acordo de não persecução penal:

- a) caso se trate de crime cometido com grave ameaça à pessoa
- b) se o investigado for reincidente, mesmo que insignificantes as infrações penais pretéritas
- c) caso tenha sido o agente beneficiado, nos 10 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal
- d) caso se trate de crime contra a administração pública
- e) caso não se admita, na hipótese, a transação penal

34. Acerca do sequestro, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.
- b) Para a decretação do sequestro, será necessária prova da proveniência ilícita dos bens.
- c) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.
- d) O sequestro se destina apenas aos bens imóveis, não se aplicando aos bens móveis.
- e) A decretação do sequestro depende de provocação, sendo vedada “ex officio”.

35. Tatiana, 35 anos, empresária, residente e domiciliada em Campinas-SP, foi vítima de um crime de estelionato (art. 171 do CP) praticado por Jeremias. Jeremias simulou ser dono de uma casa de praia, que estaria disponível para locação por temporada. Assim, teria enganado Tatiana, fazendo com que esta transferisse a ele R\$ 2.000,00 (via PIX), a título de sinal para fechar a locação por um final de semana. O fato ocorreu em Volta Redonda-RJ, e Jeremias sacou a quantia na agência do Banco em São Paulo-SP, local onde reside. Após receber os valores, Jeremias desativou o anúncio, bloqueou Tatiana nas redes sociais e desapareceu.

Nesse caso, a competência será do Juízo da comarca de:

- a) Campinas-SP, Volta Redonda-RJ ou São Paulo-SP, firmando-se pela prevenção
- b) Volta Redonda-RJ, local do fato
- c) São Paulo-SP, local do domicílio do réu
- d) São Paulo-SP, local da obtenção da vantagem indevida
- e) Campinas-SP, local do domicílio da vítima.

36. Júlio foi denunciado perante o Juizado Especial Criminal de São José dos Campos-SP pela suposta prática de determinada infração de menor potencial ofensivo. Júlio, porém, não foi encontrado no endereço indicado na inicial acusatória, tendo o Oficial de Justiça certificado que o réu se encontra em local incerto e não sabido.

Nessa situação hipotética:

- a) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 15 dias
- b) deverá ser determinada sua citação por edital, com prazo de 30 dias
- c) deverá ser determinada sua citação por hora certa
- d) deverá ser determinada sua citação por carta
- e) O processo deverá ser encaminhado ao juízo comum, onde será adotado o rito previsto em lei

37. Adamastor, funcionário público, foi denunciado pelo crime de peculato-furto (art. 312, §1º do CP), por ter subtraído bens públicos da repartição em que trabalha, tirando proveito das facilidades proporcionadas pelo cargo. Nos termos do CPP, por se tratar de processo sujeito ao rito especial previsto para o processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará:

- a) a notificação do acusado, para apresentar justificativa preliminar, em 05 dias.
- b) a citação do acusado, para apresentar resposta à acusação, dentro do prazo de 30 dias.
- c) a notificação do acusado, para apresentar resposta preliminar escrita, dentro do prazo de 15 dias
- a) b) a citação do acusado, para apresentar resposta à acusação, dentro do prazo de 10 dias.
- d) a notificação do acusado, para apresentar resposta preliminar escrita, dentro do prazo de 10 dias.

38. Relativamente ao habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este será renovado.
- b) A petição de habeas corpus conterà o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação, não sendo necessário o nome de quem exerce a violência, coação ou ameaça.
- c) Os juízes e os tribunais têm competência para conceder, de ofício, a ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- d) Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus, embora não possa figurar como paciente.
- e) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

39. No que diz respeito à citação, assinale a alternativa correta:

- a) Deverá ser feita preferencialmente por oficial de justiça.
- b) Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, é dispensada a comunicação do resultado do julgamento.
- c) Será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação
- d) Será feita pelos correios quando frustrada a diligência pelo oficial de justiça.
- e) Não se admite que seja realizada por hora certa em loteamentos com controle de acesso.

40. Acerca das ações possessórias, assinale a alternativa correta:

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- b) É vedado ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- c) obsta à manutenção ou à reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.
- d) Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, ainda que a pretensão seja deduzida em face de terceira pessoa.
- e) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos

demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

41. No Código de Processo Civil vigente,

- a) Os atos e os termos processuais dependem, como regra, de forma determinada.
- b) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- c) Os atos processuais, como regra, são sigilosos.
- d) Não se admite a juntada aos autos de documento em língua estrangeira.
- e) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito somente às partes.

42. No que diz respeito aos auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:

- a) Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo três oficiais de justiça.
- b) Incumbe ao oficial de justiça redigir os mandados na forma legal.
- c) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
- d) No impedimento do escrivão ou chefe de secretaria, o juiz convocará substituto e, não o havendo, nomeará o oficial de justiça mais antigo em exercício na comarca.
- e) O oficial de justiça somente será responsável, civil e regressivamente, quando praticar ato nulo com dolo ou culpa.

43. De acordo com a lei 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências:

- a) Não se fará citação por edital.
- b) O comparecimento espontâneo não suprirá nulidade da citação.
- c) A citação conterà cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, será designada nova data.
- d) A citação por oficial de justiça no âmbito dos juizados especiais depende sempre de mandado.
- e) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se ineficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

44. No âmbito do Código de Processo Civil, o prazo para oposição de embargos de declaração é de:

- a) 5 (cinco) dias.
- b) 8 (oito) dias.
- c) 3 (três) dias.
- d) 15 (quinze) dias.
- e) 48 (quarenta e oito) horas.

45. No que diz respeito à execução por quantia certa, assinale a alternativa correta:

- a) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado.
- b) O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação.
- c) Somente após citar o executado é que poderá o oficial de justiça proceder com o arresto de bens.
- d) Diferentemente dos bens impenhoráveis, os bens inalienáveis encontram-se sujeitos à execução.
- e) A impenhorabilidade é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem

46. Quanto à modificação da competência, assinale a alternativa correta:

- a) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- b) A citação do réu torna prevento o juízo.
- c) As partes podem modificar a competência em razão da matéria, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- d) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.
- e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

47. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, pode-se afirmar corretamente que:

- a) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, qualquer que seja a forma de sua aprovação
- b) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem
- c) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, atendida a exigência de censura ou licença
- d) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar
- e) ninguém será obrigado a se associar, mas pode ser obrigado à sindicalização

48. Joaniclébya, cidadã brasileira, pleiteou o recebimento de parcela do seguro-desemprego, a qual lhe foi negada pelo INSS. Inconformada, por entender que o INSS negou o benefício previdenciário ilegalmente, procurou seu advogado, que a orientou corretamente a ingressar com:

- a) ação popular, ficando isenta de custas e do ônus da sucumbência
- b) mandado de segurança
- c) mandado de injunção
- d) *habeas corpus* preventivo
- e) mandado de injunção coletivo

49. A respeito dos princípios fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) o Presidencialismo é o sistema de governo em que o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo
- b) A República é o sistema de governo adotado no Brasil
- c) A separação de poderes só pode ser abolida por meio de emenda constitucional
- d) A forma federativa de Estado configura-se pela atribuição de soberania à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios
- e) Erradicar a pobreza e a marginalização é um fundamento da República Federativa do Brasil

50. Gêngis Kahn de Souza é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Beta. Recém-empossado, deseja preparar-se para as demandas que virá potencialmente a julgar. Consultando sua assessoria, ficou um pouco mais tranquilo ao saber que não precisará tomar parte em casos relacionados a:

- a) representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual
- b) elaboração do regimento interno do Tribunal de Justiça Militar criado no Estado

- c) elaboração de projetos de lei sobre a organização judiciária do Estado
- d) eleição de presidente do Tribunal
- e) julgamentos administrativos de remoção de magistrados

51. Acerca da Administração Pública na Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em atos administrativos;
- b) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período
- c) é vedado ao servidor público o exercício da associação e da sindicalização
- d) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica
- e) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, limitados a dez por cento.

52. A respeito dos direitos sociais, julgue os itens a seguir:

- I – Os direitos sociais dos trabalhadores estão taxativamente previstos no art. 7º da Constituição.
- II – É assegurada a participação dos sindicatos dos empregados nas negociações coletivas.
- III – É assegurado o direito de greve, cabendo aos empresários definir quais os direitos que podem ser por meio dele defendidos.

É correto, apenas, o que consta do(s) item(ns):

- a) I, II e III
- b) II
- c) II e III
- d) I e III
- e) I

53. Nos termos dos arts. 127 e 134 da CF, é correto afirmar que cabe:

- a) ao Ministério Público a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados
- b) à Defensoria Pública defender os interesses sociais e individuais indisponíveis
- c) ao Ministério Público defender o ordenamento jurídico
- d) à Defensoria Pública representar judicialmente o Poder Público
- e) ao Ministério Público defender os interesses individuais indisponíveis, mas não os de natureza homogênea

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

54. Conforme o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e seus efeitos, assinale a alternativa correta:

- a) a posse de agente público não depende da apresentação de declaração de bens e imposto de renda à Receita Federal, sendo essa uma exigência apenas para agentes em cargos eletivos.
- b) a declaração de bens do agente público deve ser atualizada anualmente e, também, no momento de sua aposentadoria, independentemente de sua exoneração.
- c) a recusa em prestar a declaração de bens no prazo determinado pode resultar na aplicação de multa diária.
- d) a declaração de bens é apresentada apenas no momento da posse, e sua atualização anual é opcional, ficando a critério da autoridade competente.
- e) a apresentação de declaração falsa de bens por agente público pode resultar em pena de demissão,

sem prejuízo de outras sanções cabíveis, conforme previsão legal.

55. São atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito:

- a) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- b) agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público
- c) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- d) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

56. Com base no disposto na Lei 10.261/1968, especialmente no que diz respeito aos afastamentos que são considerados de efetivo exercício, analise as afirmativas a seguir:

- I. O afastamento por motivo de casamento é considerado de efetivo exercício por até 8 (oito) dias.
- II. O afastamento em razão do falecimento de avós e sogros é considerado de efetivo exercício por até 5 (cinco) dias.
- III. O funcionário público afastado por licença-prêmio é considerado em efetivo exercício para todos os efeitos legais.
- IV. A licença-paternidade é de 5 (cinco) dias e é considerada de efetivo exercício.
- V. O afastamento por motivo de falecimento de cônjuge, filhos e pais é considerado de efetivo exercício por até 8 (oito) dias.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

57. Com base nos dispositivos da Lei 10.261/1968 sobre o provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) a nomeação para cargos públicos em comissão depende de concurso público, assim como para os cargos de provimento efetivo.
- b) as nomeações em caráter efetivo não precisam ser precedidas de concurso público, podendo ser feitas diretamente por indicação da Administração.
- c) a nomeação em caráter vitalício ocorre em qualquer cargo público, desde que previsto na lei estadual.
- d) a nomeação para cargos públicos de provimento efetivo será precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos.

e) a reversão é a forma de provimento de cargo público mediante nomeação em caráter efetivo.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

58. A respeito das regras que tratam da vigência e revogação das leis marque a única opção que está de acordo com a legislação em vigor:

- a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.
- b) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- c) Até mesmo no caso de vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, inclusive a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- e) A lei revogada nunca se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

59. A respeito dos direitos da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, considera-se que uma pessoa com menos de 18 anos ainda é um menor de idade, mas essa pessoa pode vir a ser considerada plenamente capaz caso venha a se enquadrar em algum das hipóteses de emancipação. Sobre esse tema e as regras adotadas pelo Código Civil, marque a opção correta:

- a) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos quando a pessoa perde os pais pelo falecimento, ficando habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- b) A pessoa torna-se plenamente capaz pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, a depender, no momento posterior, da homologação judicial.
- c) A emancipação aplica-se nos casos de casamento e pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) O menor que venha a colar grau em curso de ensino superior não poderá ser considerado emancipado, já que o Ministério da Educação proíbe que menores de 16 anos possam fazer esse tipo de curso.
- e) O instituto da emancipação não é mais aplicável, tendo em vista as recentes mudanças promovidas na legislação com o intuito de proteger o menor e sua vulnerabilidade.

60. André era um importante influenciador nas redes sociais, tinha uma boa reputação e todos os seus seguidores gostavam muito das suas publicações, ao ponto de haver muitos comentários e elogios. André sofreu um acidente e veio a falecer, e um amigo dele que na verdade só fingia gostar dele, começa a fazer publicações sobre o passado de André que expõe a vida privada de André e de seus familiares, sendo essas publicações sem fundamento. Com base na situação narrada, quem são as pessoas que poderão requerer junto à justiça a cessação da ameaça ou da lesão de direito da personalidade:

- a) o inventariante de André.
- b) aquele que receber essa incumbência de André por meio de testamento.
- c) a sua esposa, ou seus pais, ou seus filhos, ou mesmo seu primo.
- d) o outro melhor amigo de André.
- e) o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta, apenas.

61. A respeito das pessoas jurídicas de direito privado, marque a opção que está de acordo com os termos da lei:

- a) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão sempre pela maioria de votos dos presentes.
- b) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- c) Constituem-se as fundações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- d) Para criar uma associação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- e) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, a não ser nos casos previstos na lei.

62. O Código Civil estabelece como regra geral a escolha do domicílio, sendo o local onde a pessoa reside com ânimo definitivo. Algumas pessoas, por causa de sua condição ou situação não tem essa opção de escolha, enquadram-se nos casos chamados de pessoas que possuem domicílio necessário. Sobre isso, marque a opção que está correta

- a) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente
- b) O domicílio do servidor público, é o lugar da sede do órgão a que estiver subordinado.
- c) Domicílio do militar do Exército será a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- d) O militar da Marinha ou da Aeronáutica será domiciliado necessariamente onde servir.
- e) O preso será domiciliado no lugar da jurisdição do juízo que exarou sua sentença condenatória.

63. O dolo é um dos vícios do negócio jurídico que faz com que seja invalidado por anulabilidade, trata-se de um artifício malicioso feito por uma das partes enganando a outra para que pratique o negócio jurídico. A respeito desse instituto, a lei prevê algumas possibilidades, marque, então, a opção que coaduna com a lei sobre o dolo:

- a) O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante legal, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, poderá reclamar indenização aquele que foi mais prejudicado.
- c) Pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou não conhecimento, como o negócio será sempre anulado, não há que se falar em responsabilidade do terceiro nesses casos.

d) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, não se configura como um tipo de dolo, pois ninguém é obrigado a dizer mais do que o que já está sendo estipulado no negócio celebrado.

e) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

64. São meios de prova elencados no Código Civil, exceto:

- a) confissão.
- b) documento.
- c) testemunha.
- d) emprestada.
- e) perícia.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

65. Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, qual das alternativas abaixo descreve corretamente os instrumentos de gestão que devem ser observados pelas unidades subordinadas à Corregedoria Geral da Justiça?

- a) O processo decisório deve ser centralizado exclusivamente no juiz corregedor, que é o único responsável por tomar decisões sobre a unidade.
- b) A incorporação de uma cultura de cooperação entre os servidores não é considerada parte dos instrumentos de gestão a serem implementados.
- c) O sistema de gestão por atividades é um dos instrumentos de gestão previstos, assim como o aprimoramento dos procedimentos para torná-los mais simples e padronizados.
- d) O revezamento periódico de atribuições entre os servidores é opcional, sendo que cada servidor deve dominar apenas as atividades relacionadas ao seu cargo original.
- e) A satisfação do usuário deve ser buscada somente em relação ao atendimento do público externo, sendo desnecessário prestar atenção a sugestões e críticas internas.

66. Com base no que está previsto nas Normas de Serviço do TJ-SP, identifique a alternativa correta:

- a) O sistema informatizado oficial atribui a cada processo distribuído um número de controle externo para facilitar o acesso de partes e advogados ao andamento processual.
- b) Os níveis de acesso ao SAJ/PG são definidos individualmente por cada juiz corregedor, sem interferência da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) É permitido que os funcionários compartilhem suas senhas de acesso ao sistema SAJ/PG com outros servidores, desde que seja em situação de emergência.

d) O número de controle interno do sistema informatizado serve, entre outras funções, para a divisão do trabalho entre os escreventes técnicos judiciários e outras providências administrativas da unidade.

e) A comunicação sobre alterações no quadro funcional da unidade para a revogação ou novo credenciamento no sistema deve ser feita exclusivamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

67. Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os mandados expedidos devem conter o número de ordem da carga, independentemente de o sistema informatizado do setor disponibilizar essa informação para consulta.
- b) Quando não houver prazo expressamente determinado na ordem judicial, os mandados deverão ser cumpridos dentro de 60 dias, salvo determinação em contrário do Juiz Corregedor Permanente.
- c) O oficial de justiça deve formular pedido de dilação de prazo, justificando os motivos da demora, até 48 horas antes do vencimento do prazo de cumprimento do mandado.
- d) Mandados urgentes podem ser submetidos ao sistema de carga única, desde que haja autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- e) Nas 24 horas que antecederem o vencimento do prazo, o oficial de justiça, não podendo cumprir o mandado, deverá solicitar dilação do prazo, justificando os motivos, sendo vedada a devolução sem cumprimento integral, salvo autorização judicial.

68. Marcos, oficial de justiça, foi incumbido de realizar a citação de um réu preso em uma unidade prisional. Durante o cumprimento do mandado, ele utilizou o sistema de videoconferência disponível no fórum, como permitido pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do TJ-SP. Além disso, ele seguiu todas as advertências necessárias previstas Nas Normas de Serviço. Porém, durante a citação, o réu afirmou não possuir advogado e manifestou o desejo de contar com a Defensoria Pública. Marcos fez as devidas anotações e certificações nos autos.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Na citação de réu preso, a realização por videoconferência depende exclusivamente da autorização expressa do juiz, independentemente da disponibilidade de equipamentos eletrônicos.
- b) O oficial de justiça deve perguntar ao réu se ele possui defensor constituído, e, caso o réu deseje a atuação imediata da Defensoria Pública, esta será nomeada para todos os atos do processo, independentemente do prazo de 10 dias.
- c) Caso o réu afirme não possuir advogado, o oficial de justiça deve orientar o réu a procurar um defensor privado e arrolar testemunhas por conta própria, uma vez que a Defensoria Pública não atua nesse tipo de situação.
- d) A citação e intimação de réu preso devem ser realizadas por videoconferência, independentemente da existência de funcionários aptos a operarem o sistema.
- e) No mandado de citação, deve constar que o réu tem o prazo de 5 dias para apresentar defesa escrita, independentemente de ser assistido por advogado ou pela Defensoria Pública.

69. Júlio, oficial de justiça, foi designado para cumprir uma série de mandados, alguns gratuitos e outros pagos, envolvendo várias diligências em endereços distintos. Durante a execução das atividades, ele se questionou sobre como seria feito o ressarcimento pelas diligências realizadas e pelos mandados cumpridos. Para esclarecer suas dúvidas, ele consultou o art. 995 das Normas de Serviço do TJ-SP, que regulamenta a questão do ressarcimento e das cotas. Ao final do mês, ao receber os valores de ressarcimento, Júlio verificou que todas as diligências e cotas haviam sido calculadas corretamente conforme as normas.

Com base no art. 995 das Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O valor da cota a ser ressarcido ao oficial de justiça em mandados gratuitos é o mesmo dos mandados pagos, sem deduções ou diferenças.
- b) O termo "diligência" refere-se exclusivamente à primeira visita realizada pelo oficial de justiça para cumprimento do mandado, não abrangendo idas e vindas posteriores ao mesmo endereço.
- c) A "cota paga" é o valor integral que o oficial de justiça recebe pela execução de um mandado gratuito, sem dedução de custos administrativos.
- d) O "margeamento" refere-se ao cálculo da quantidade de cotas ou do valor a ser ressarcido ao oficial de justiça pelo cumprimento de mandados, seja individual ou em lote.
- e) O ressarcimento ao oficial de justiça nos mandados pagos é calculado com base no número de visitas realizadas ao mesmo endereço, não importando o número de atos praticados.

70. Com base nas classificações dos mandados e atos conforme as Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Mandados expedidos em processos físicos são classificados como mandados digitais.
- b) Mandados de audiência são aqueles que devem ser cumpridos com prioridade máxima, independentemente da data da audiência.
- c) Atos complexos são aqueles que exigem a prática de um ou mais atos, sem necessidade de observância de prazos legais ou judiciais.
- d) Mandados gratuitos são aqueles cujo ressarcimento é feito por adiantamento, diretamente pela parte interessada, sem reembolso posterior.
- e) Atos podem ser classificados como cumpridos, parcialmente cumpridos ou não cumpridos, dependendo do atingimento da finalidade processual.

71. Luís, oficial de justiça, foi escalado para um plantão regular em sua unidade judicial. Durante o expediente, ele recebeu diversas orientações sobre a sua atuação em plantões, tanto regulares quanto de Júri. Em determinado momento, ele se deparou com um mandado que foi encaminhado após o término do expediente e ficou em dúvida sobre como deveria proceder. Além disso, Luís questionou as regras relacionadas à designação de oficiais de justiça para controlar o acesso ao gabinete dos juízes e à sala de audiências.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) No plantão regular, é necessário que todos os oficiais de justiça designados compareçam presencialmente, sem exceção.
- b) No plantão de Júri, o oficial de justiça pode ser designado exclusivamente para essa atuação, sem necessidade de revezamento com outros plenários.
- c) Se um mandado de plantão regular for encaminhado após o término do expediente sem a comunicação de 30 minutos de antecedência, ele

será considerado remetido para o plantão especial seguinte, caso haja recesso.

- d) O oficial de justiça escalado para plantão regular deve permanecer disponível apenas até o término do horário de expediente, independentemente de novas comunicações de mandados.
- e) É permitida a designação de oficiais de justiça em sistema de rodízio para controlar o acesso ao gabinete dos juízes e à sala de audiências durante o plantão, desde que haja uma ordem específica do juiz corregedor.

72. Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Mandados classificados como plantão devem ser distribuídos entre os oficiais de justiça exclusivamente do setor de plantão presencial, desconsiderando os oficiais de plantão à distância.
- b) Mandados urgentes, inclusive aqueles relacionados a réus presos, devem ser distribuídos entre os oficiais de justiça em até 48 horas.
- c) Mandados para cumprimento remoto em unidades prisionais ou de internação devem ser distribuídos em até 24 horas, de forma equitativa, entre os oficiais de justiça do setor específico ou de acordo com os setores de atuação.
- d) Mandados comuns, sem prazo determinado na ordem judicial, devem ser distribuídos entre os oficiais de justiça no prazo de até 3 dias.
- e) Mandados relacionados ao plantão podem ser distribuídos após o término do expediente, independentemente de qualquer comunicação prévia.

73. Rogério, oficial de justiça, foi incumbido de cumprir um mandado que envolvia a prática de diversos atos em relação a um destinatário com endereços diferentes. Alguns dos endereços eram contíguos e outros estavam localizados em áreas distintas. Ele sabia que deveria seguir as regras das Normas de Serviço do TJ-SP, que tratam da expedição de mandados para atos com deslocamento.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a expedição de mais de um mandado para a prática de atos subsequentes no mesmo endereço, caso entre eles haja prazo legal a ser respeitado.
- b) O oficial de justiça pode pedir a expedição de mais de um mandado concomitantemente para diferentes endereços, sem necessidade de justificar o pedido ou recolher novas guias.
- c) Mandados que envolvem endereços contíguos ou lindeiros são considerados, para fins de margem, como mandados distintos, sendo necessário calcular separadamente o ressarcimento.
- d) Nos casos de endereços não contíguos ou lindeiros, a expedição de mais de um mandado concomitantemente deve ser justificada e acompanhada da comprovação do recolhimento da GRD para cada mandado.
- e) Quando um mandado é expedido para endereços contíguos ou lindeiros, é permitido emitir um novo mandado se o prazo para cumprimento do primeiro mandado ainda estiver vigente.

74. Fernanda, escrevente em uma vara criminal, se deparou com diferentes mandados, incluindo mandados sem prazo expresso, relacionados a réus presos e com audiência marcada. Em um desses casos, Fernanda ficou em dúvida sobre como deveria classificar um mandado expedido em um processo de réu preso para ser cumprido de forma remota.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Mandados referentes a réus presos devem ser automaticamente classificados como "urgentes", independentemente do prazo indicado.
- b) Mandados sem prazo definido no mandado devem ser classificados como "urgentes" pelo ofício de justiça.
- c) Mandados referentes a réus presos para cumprimento remoto devem ser classificados como "remoto réu preso (7 dias)".
- d) Mandados com audiência marcada devem ser classificados como "comum", pois o prazo de cumprimento está atrelado à data da audiência.
- e) Mandados de medidas protetivas de violência doméstica devem ser classificados como "urgentes", sem exceção.

75. Júlia, oficiala de justiça, recebeu um mandado para cumprimento remoto em uma unidade prisional. Conforme as Normas de Serviço do TJ-SP, ela precisava agendar o cumprimento do ato dentro do prazo previsto e seguir todas as etapas descritas para esse tipo de mandado. Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça pode cumprir presencialmente um mandado remoto em unidade prisional, desde que haja autorização verbal do diretor da unidade.
- b) O oficial de justiça deve agendar o cumprimento do mandado remoto em até 48 horas após o recebimento e efetivar o ato em até 7 dias úteis.
- c) Se o cumprimento remoto não puder ser realizado dentro de 7 dias úteis, o oficial de justiça deve imediatamente redistribuir o mandado para cumprimento presencial, sem consulta ao juiz do feito.
- d) O cumprimento presencial de mandado remoto realizado sem observância das regras previstas será ressarcido desde que o ato tenha sido concluído com sucesso.
- e) Na conversão do cumprimento remoto em presencial, a redistribuição do mandado para outra comarca será obrigatória, independentemente da localização da unidade prisional.

76. Marcelo, oficial de justiça, foi designado para cumprir mandados durante um plantão que envolvia deslocamento tanto dentro quanto fora da comarca de origem. Ele também estava incumbido de cumprir mandados em outras unidades acumuladas, conforme determinação de prestação cumulativa publicada no DJE. Marcelo sabia que algumas das suas atividades dariam direito a um ressarcimento adicional por lotes de mandados cumpridos, de acordo com as regras das Normas de Serviço do TJ-SP. Contudo, ele ficou em dúvida sobre o cálculo do ressarcimento com base na distância e o número de trechos percorridos.

Com base nas Normas de Serviço do TJ-SP, assinale a alternativa correta:

- a) Para cada lote de 5 mandados cumpridos com deslocamento dentro da comarca do plantão, o oficial de justiça terá direito a 1 cota adicional de ressarcimento.
- b) O ressarcimento adicional por deslocamento fora da comarca só é aplicável se a distância entre as SADMs de origem e destino for superior a 20 km.
- c) O oficial de justiça terá direito a 1 cota adicional de ressarcimento a cada lote de 10 mandados cumpridos com deslocamento, sendo que a distância mínima para gerar ressarcimento fora da comarca é de 15 km.
- d) Os gastos com pedágios, balsas ou ferry-boats serão ressarcidos separadamente do valor das cotas adicionais, dependendo da distância percorrida.
- e) O oficial de justiça pode receber até 10 cotas adicionais por bloco de 10 mandados cumpridos com deslocamento fora da comarca.

77. Com base na Lei Estadual n. 11.608/2003, assinale a alternativa correta sobre os casos em que o recolhimento da taxa judiciária pode ser diferido para depois da satisfação da execução:

- a) O recolhimento da taxa judiciária pode ser diferido nas ações de alimentos e nas revisionais de alimentos, mesmo que o autor tenha condições financeiras de efetuar o pagamento imediato.
- b) Nas ações de reparação de dano por ato ilícito extracontratual promovidas pela própria vítima, o recolhimento da taxa judiciária pode ser diferido se houver comprovação idônea de impossibilidade financeira momentânea.
- c) Nos embargos à execução, o recolhimento da taxa judiciária é obrigatório no início do processo, sem possibilidade de diferimento.
- d) Nas ações declaratórias incidentais, a taxa judiciária deve ser paga de imediato, sendo vedada qualquer forma de adiamento do recolhimento.
- e) O diferimento da taxa judiciária só é aplicável em ações cíveis, não se estendendo a ações de alimentos ou revisionais de alimentos.

78. Cláudia, advogada de defesa em um processo criminal, está lidando com a situação de seu cliente, que está preso em um estabelecimento prisional fora da sede da comarca. Durante a preparação para a audiência, Cláudia analisou as Normas de Serviço do TJ-SP para entender as possibilidades de participação por videoconferência. Ela também representava uma testemunha residente em outra comarca e ficou em dúvida sobre como proceder em relação ao depoimento por videoconferência.

Com base na Resolução CNJ 354, assinale a alternativa correta:

- a) A testemunha residente fora da sede do juízo não pode prestar depoimento por videoconferência, sendo obrigatória a expedição de carta precatória para sua inquirição.
- b) O réu preso fora da sede da comarca deverá participar da audiência por videoconferência, salvo

pedido expresso da defesa para participação presencial.

- c) A participação de advogados públicos ou privados por videoconferência não pode ser solicitada, devendo eles comparecer presencialmente na sede do juízo.
- d) Em caso de indeferimento ou falta de análise do pedido de participação por videoconferência, o requerente poderá solicitar nova análise ou deverá participar da audiência remotamente.
- e) A expedição de carta precatória inquiritória deve ser a primeira opção em casos onde o ofendido reside fora da sede do juízo.

BLOCO III

ATUALIDADES

Leandro Signori

79. Sobre a onda de violência anti-imigração ocorrida no Reino Unido em agosto de 2024, é correto afirmar que:

- a) Foram desencadeados por uma greve geral de imigrantes em várias cidades do Reino Unido.
- b) Estavam relacionados a crise econômica vivenciada no país pelo aumento do desemprego entre imigrantes.
 - c) Foram amplamente alimentados por desinformação online sobre o envolvimento de um imigrante em um ataque violento.
- c) Resultaram na renúncia do primeiro-ministro britânico devido à pressão popular.
- d) Tiveram como principal causa a aprovação de uma lei que proibia a entrada de imigrantes no Reino Unido.

80. Desde outubro de 2023, os conflitos entre Israel, o Hamas e o Hezbollah se intensificaram. Recentemente, ataques aéreos realizados por Israel no sul do Líbano, com o objetivo de destruir lançadores de foguetes do Hezbollah, têm gerado preocupação com a possibilidade de uma guerra em maior escala no Oriente Médio. Esses conflitos estão relacionados à disputa histórica entre Israel e grupos extremistas, como o Hamas e o Hezbollah, apoiados pelo Irã, sendo marcados por sequestros, ataques a civis e operações militares de larga escala.

Diante desse contexto, qual foi uma das principais razões que intensificou a escalada recente desses conflitos em 2024?

- a) A eleição de um novo presidente no Irã que declarou apoio incondicional a Israel.
- b) A morte do líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, em um ataque em Teerã, atribuída a Israel.
- c) A realização de um acordo de paz entre Israel e Hezbollah, mediado pelos EUA.
- d) A retirada total das tropas israelenses dos territórios palestinos, criando instabilidade política na região.
- e) O reconhecimento do Hezbollah como um partido político em Israel.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

81. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) dispõe sobre a capacidade civil plena da pessoa com deficiência. Todavia, ainda traz previsão sobre a utilização do instituto da curatela. Sobre as medidas que podem ser tomadas pelo curador, está

- a) decisões que envolvam a necessidade de que a pessoa com deficiência realize um aborto, quando em risco de morte

- b) autorizar procedimento de esterilização compulsória, quando o mesmo compreender que é o melhor para a pessoa com deficiência
- c) obstar adoção, ou intermediá-la, a fim de se certificar de que o menor estará a salvo
- d) certificar-se de que a pessoa com deficiência está apta ao casamento, aferindo sua plena capacidade
- e) gerenciar interesses sobre a aquisição de propriedades pela pessoa com deficiência

82. José das Couves é tabelião de notas junto à cidade de Restinga Sêca, RS. Certa vez, ao atender Mário que é pessoa com deficiência e buscava outorgar uma procuração pública, José acabou pedindo que ele voltasse acompanhado por alguém de sua família, ou de um curador formalmente nomeado. Sobre a atitude de José das Couves

- a) é conduta legítima, pois o tabelião deve sempre se certificar da capacidade civil de todas as pessoas com deficiência
- b) em nada viola a atual doutrina da pessoa com deficiência, pois ele garantiu atendimento, solicitando apenas que Mário estivesse acompanhado
- c) somente seria legítima caso alegasse que não poderia realizar o serviço solicitado por Mário por não haver condições de acessibilidade
- d) ao negar acesso ao serviço, ele comete discriminação em razão de deficiência, conduta criminosa
- e) fere primados éticos e morais, mas é conduta legítima uma vez que há que se presumir a incapacidade civil relativa às pessoas que têm deficiência

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

83. Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- “Eu não fui”, responde Karen.
- “Foi a Emília”, garantiu Mônica.
- “Foi a Ju”, disse Emília.
- “A Mônica está mentindo”, retrucou Ju.
- “A Karen está falando a verdade”, disse Renata. Sabendo-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana, quem comeu o bolo?

- a) Karen.
- b) Emília.
- c) Mônica.
- d) Ju.
- e) Renata.

84. Numa pesquisa de mercado, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três produtos; A., B e C. Os resultados das pesquisas indicaram que:

- 210 pessoas compram o produto A.
 - 210 pessoas compram o produto B.
 - 250 pessoas compram o produto C.
 - 20 pessoas compram os três produtos.
 - 100 pessoas não compram nenhum dos três produtos.
 - 60 pessoas compram os produtos A e B.
 - 70 pessoas compram os produtos A e C.
 - 50 pessoas compram os produtos B e C.
- Quantas pessoas foram entrevistadas?

- a) 670
- b) 970
- c) 870

d) 610

e) 510

85. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

86. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
 - Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.
- Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

87. Uma urna contém 12 bolas roxas, 10 amarelas, 7 vermelhas e 11 brancas. Retirando-se ao acaso uma bola por vez dessa urna, o número mínimo de retiradas para se ter certeza que uma bola amarela esteja entre as que foram retiradas é

- a) 26
- b) 20
- c) 31
- d) 41
- e) 40

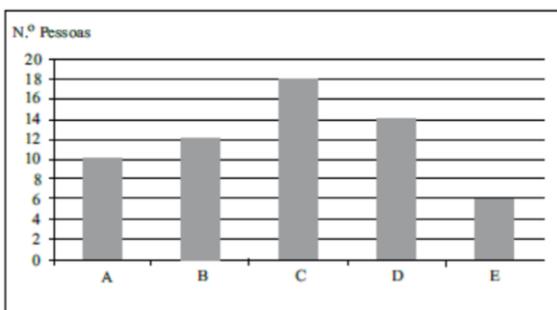
88. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

89. Em determinado cinema, o gerente do local anotou durante uma tarde de segunda-feira o número de pessoas que foram assistir a um determinado filme por tipo de sala, e os dados foram representados no gráfico a seguir. Além disso, tabela a seguir mostra o preço do ingresso para cada tipo de sala.



Tipo de Sala	Descrição	Preço
A	Super premium 3D	R\$ 125,00
B	Super premium 2D	R\$ 100,00
C	Premium 3D	R\$ 62,50
D	Premium 2D	R\$ 50,00
E	Comum 2D	R\$ 37,50

Analisando os dados apresentados, conclui-se que o total arrecadado nas salas A, C e E, juntas, supera o valor arrecadado pelas salas B e D juntas em:

- a) R\$ 650,00
- b) R\$ 662,50
- c) R\$ 675,00
- d) R\$ 687,50
- e) R\$ 700,00

90. Durante uma diligência, um Oficial de Justiça do TJ SP verifica que um executado dispõe de joias que podem ser penhoradas. As joias encontradas são colares e brincos, que podem ser de ouro ou de prata. Sabe-se que 80% dos colares são de prata e 10% das joias são brincos. A porcentagem de colares de ouro, com relação ao total de joias, é:

- a) 12%
- b) 18%
- c) 20%
- d) 25%
- e) 30%

91. O coordenador-geral de um concurso público dispõe originalmente de uma equipe de 10 pessoas para corrigir 10.000 redações em 10 dias de 6 horas. Repentinamente, ele foi informado que as correções deveriam ser realizadas em apenas 6 dias, que o número de redações seria aumentado para 25.000 e que cada corretor poderia trabalhar apenas 5 horas por dia. Considerando essa nova situação, o número de corretores a mais que o coordenador-geral precisará contratar é:

- a) 60
- b) 50
- c) 40
- d) 30
- e) 20

92. Uma caixa em formato de paralelepípedo reto-retângulo apresenta dimensões 204cm, 255cm e 510cm. Nessa caixa, deseja-se guardar a menor quantidade de cubos iguais que apresentem aresta inteira, em centímetros, de modo a ocupar toda a caixa. O total de cubos que devem ser inseridos na caixa é um número:

- a) Maior ou igual a 5.000
- b) Maior ou igual a 1.000 e menor do que 5.000
- c) Maior ou igual a 500 e menor do que 1.000
- d) Maior ou igual a 100 e menor do que 500
- e) Menor do que 100

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

93. No Windows, ao clicarmos com o botão direito do mouse sobre o menu que identifica o usuário corrente, acessado através do botão "Iniciar", abre-se um submenu que apresenta, dentre outras opções, qual das listadas abaixo:

- a) Windows Explorer

- b) Defrag.
- c) Configurações
- d) Bloquear
- e) Suspende.

94. No Windows 10 temos um novo recurso de segurança que criptografa os dados dos usuários, caso seja configurado adequadamente. Essa funcionalidade é:

- a) Diana
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Bit Locker

95. Hoje em dia, pode ser necessário que um mesmo arquivo seja manipulado por vários usuários simultaneamente. Para evitar que haja interferência no trabalho dos usuários e permitir que as alterações feitas sejam aceitas ou não existe uma funcionalidade no Word chamada:

- a) Controle de Alterações.
- b) Comentários.
- c) Sumário
- d) Estilo.
- e) Macros.

96. No Excel, na célula A1 temos o valor "TRIBUNAL" e na célula B1 o valor "SP". Ao ser digitado em C1 a função =concatenar(A1;A2) e pressionar enter o que surgirá na célula C1

- a) #ERRO
- b) TRIBUNAL DE JUSTICA DE SP
- c) TRIBUNALSP
- d) TRIBUNAL ESTADUAL DE SP
- e) TJSP

97. Qual tecla de atalho deve ser usada no Excel, para filtrar dados em uma planilha:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

98. Existe um recurso no Microsoft Office que permite dar uma aparência com qualidade de design a um documento e ainda criar ou personalizar um arquivo no PowerPoint e, em seguida, poder aplicar esse mesmo efeito a um documento do Word ou a uma planilha do Excel. Esse recurso é conhecido como:

- a) Estilo.
- b) Configurações
- c) Tema.
- d) Sumário.
- e) Notas.

99. No Google Chrome, existe um modo de navegação que quando o usuário encerra a sessão do navegador, automaticamente os dados de navegação são apagados na máquina. Esse modo de navegação é chamado de Anônimo. Qual combinação de teclas deve ser usada para ativá-lo:

- a) CTRL + A
- b) CTRL + SHIFT + N.
- c) Shift + N.
- d) CTRL + F
- e) Alt + T.

100. No Google Chrome, para acessar a próxima guia aberta, devemos pressionar:

- a) CTRL + E
- b) ALT + SHIFT + P
- c) CTRL + D
- d) CTRL + SHIFT + TAB
- e) CTRL + PgDn

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
